

Resumo das intervenções Conferência Responsabilidade Social e *Corporate Governance*

27 de Novembro 2014

Euronext Lisbon – Auditório Victoria, Av. Liberdade n.196, 8.º 1250-147 Lisboa

Luís Laginha de Sousa, Presidente da Euronext Lisbon

“Sendo inquestionável o impacto negativo, dos acontecimentos deste Verão, o que mais afectou a imagem de Portugal junto dos investidores, foram provavelmente as práticas de Governance reveladas por esses casos e, talvez não tanto, os casos de alegada fraude e falência, que infelizmente sempre ocorreram ao longo da história e em todas as geografias.

As regras podem estar bem redigidas e os sistemas de supervisão muito apurados, mas se os atores do mundo empresarial não incorporarem princípios éticos fundamentais e se não perceberem que estes são a base da sua sustentabilidade e das suas empresas, de pouco servem as leis ou regulamentos.

A “ética nos negócios” e a “boa governação” são uma condição de sobrevivência, e não algo apenas para mostrar nos relatórios e nas apresentações.

As relações económicas só funcionam quando há confiança assente em princípios, mais do que assente em leis, porque é impossível ou é no mínimo muito ineficiente que todas as relações económicas tenham um enquadramento legal ou que todos os conflitos acabem num tribunal.

De acordo com a *CCP Research Foundation*, entre 2009 e 2013, a banca internacional suportou 209 mil milhões de euros em multas e outros custos, por actos de má conduta.

Isto significa que a ética (ou a falta dela) tem um preço e a este preço acrescem ainda todos os custos reputacionais, que não são quantificáveis, mas que são seguramente muito elevados.

Se tomarmos o exemplo do nosso mercado, parece que uma parte significativa dos problemas revelados com os casos recentes, prendem-se sobretudo, quer com os conflitos de interesses, quer com o alinhamento dos incentivos, no papel desempenhado por vários intervenientes internos e externos às empresas.

Com tantos intervenientes, é razoável assumir que não precisamos de mais, mas precisamos sobretudo que todos tenham mais incentivos a cumprirem melhor as suas funções, sem serem tolhidos por conflitos de interesses, interesses desalinhados ou deveres de lealdade.”

Apoios:



Miguel Athayde Marques, Prof. de Gestão da Universidade Católica Portuguesa e Membro do Conselho Consultivo do GRACE

É Urgente Construir Pontes Entre Responsabilidade Social e Corporate Governance

“As áreas de Corporate Governance e Responsabilidade Social das Empresas têm registado avanços notáveis nos últimos anos, canalizando recursos substanciais por parte das instituições, da academia e da sociedade em

geral. São áreas próximas e nalguns pontos coincidentes, que estão, contudo, manifestamente afastadas uma da outra, quer na vertente académica, quer na vertente regulatória, bem como na prática das organizações. Esse afastamento reflete-se nas empresas, por exemplo, na existência de responsabilidades internas que não comunicam entre si e na produção de relatórios anuais parcelares e desarticulados. Ao publicar anualmente, por vezes com estilos e abordagens tão diferentes, o Relatório de Sustentabilidade, o Relatório de Governo Societário, para além do Relatório Financeiro, as empresas estão a dividir aquilo que não é divisível, isto é, a sua identidade e a sua estratégia.

Uma tendência tem existido no sentido de aproximar as duas áreas, através de uma abordagem convergente na óptica de “stakeholder”, na qual a área de corporate governance deva atender a partes interessadas para além do acionista (“shareholder”) e a área de responsabilidade social não rejeite, antes legitime, os interesses dos acionistas. Desse modo, ambas as áreas passariam a ter uma visão coincidente e inclusiva de “stakeholder”, com uma ênfase maior, é certo, no acionista (“shareholder”) e no credor da empresa (“bondholder”) por parte da área de governance.

Apesar dos esforços tendentes ao governo societário vir a alargar a sua visão para além dos acionistas, abarcando os interesses dos outros “stakeholders”, os resultados têm sido insatisfatórios. Nos EUA, a visão do “stakeholder” na governance das empresas está circunscrita ao “Social Responsible Investment” e aos chamados Fundos Éticos, que embora tenham crescido muito em termos de ativos sob gestão, representam ainda uma parte menor dos valores investidos nos mercados de capitais. Na Europa, poucos são os códigos de governo societário que verdadeiramente consagram o princípio “stakeholder” alargado.

É urgente desenvolver uma nova agenda eficaz de Governance e Responsabilidade, redefinindo a teoria, quando necessário, e revendo a prática. Assim, será desejável rever a noção de “shareholder value”; repensar a questão do que é a “performance” total de uma empresa; adoptar a ideia de que os interesses dos “stakeholders” de uma mesma organização devem apontar na mesma direção em vez de se confrontarem; e redesenhar o que se ensina nas “business schools” e nas escolas de direito.”

David Chandler, Prof. da Universidade do Colorado, Denver

“Strategic CSR is related to, but is fundamentally different from, concepts such as sustainability and business ethics. While sustainability focuses on resource utilization and ecological preservation, and business ethics seeks to construct normative prescriptions of right and wrong, strategic CSR is a pragmatic philosophy that is grounded in the day-to-day operations of the firm. As such, strategic CSR is central to the firm’s value creating activities.

Apoios:

That is, in a dynamic environment that is defined by the actions and decisions of the firm's broad set of stakeholders, value is optimized when stakeholders convey and enforce their needs, while the firm responds to those evolving needs. Thus, these economic and social exchanges are essentially interactions formed around the collective set of values prevalent in society at any given point in time. These values determine the decisions we make and, as a direct result, the success or failure of for-profit firms.

Strategic CSR draws on what we know about economic exchange and human psychology to explain how economies work and how value is created. Understanding these processes allows managers to build a strategic competitive advantage for the firm. As such, strategic CSR will increasingly become central to business success in the twenty-first century."

Abel Sequeira Ferreira, Diretor Executivo da AEM

Notas retiradas do seu discurso:

“As empresas cotadas são quem melhor entende a importância do relacionamento próximo e permanente com os seus accionistas e *stakeholders*, pelo que ninguém melhor que as empresas cotadas compreende a proximidade entre os temas do Governo das Sociedades e da Responsabilidade Social das Empresas, que acolhem e respeitam na sua prática diária.

As empresas cotadas sabem que quanto maior for a complementaridade entre a prossecução dos interesses dos accionistas e a dos restantes interesses relevantes para a empresa, maior será a criação de valor associada à respectiva performance, e o seu esforço em relação a estes dois temas é testemunhado, por exemplo, pelo Relatório Católica/AEM, relativo ao Governo das Sociedades em Portugal, e também, no que respeita ao tema da Responsabilidade Social, nos respectivos *websites* e áreas dedicadas e Relatórios de Sustentabilidade publicados.

Porém, e aceitando embora a necessidade de encontrar os mecanismos mais adequados para estabelecer pontes entre o Governo das Sociedades e a Responsabilidade Social das Empresas, importa atender às diferenças entre as duas matérias, e entre os interesses em causa e legalmente protegidos ou enfatizados.

E sem prejuízo da natural aproximação entre os propósitos de uma e outra matéria, importa reter que os quadros legais vigentes, estabelecem, de forma clara, que a gestão deve seguir, principalmente se é que não exclusivamente, os interesses dos accionistas, independentemente de, em cada momento, este interesse poder coincidir ou não com aquele que melhor assegure a permanência futura da empresa.

Em segundo lugar, nota-se a diferente natureza do tratamento das matérias em causa: o Governo das Sociedades é matéria de leis, regras e recomendações, com carácter vinculativo ou semi-vinculativo, enquanto que a Responsabilidade Social deve constituir matéria de objetivos voluntários, e concretização igualmente voluntária.

Por essa razão, a aproximação entre as matérias do governo societário e da responsabilidade social não deve, em nenhum caso, servir de pretexto à introdução de mais regras ou regulação.

Em terceiro lugar, quaisquer possíveis recomendações ou incentivos em matéria de responsabilidade social, aliás, como em relação ao governo das empresas, só fazem sentido se referidas à generalidade das empresas

Apoios:

do tecido produtivo, naturalmente considerando sempre a respectiva dimensão, e não apenas às empresas cotadas em bolsa.

Por fim, independentemente da relevância dos temas em causa, devemos sempre recordar que Portugal tem problemas que carecem de resolução urgente, de (re)capitalização das empresas privadas e de financiamento de longo prazo da actividade produtiva, e que essa deve ser a nossa prioridade fundamental.”

O discurso na íntegra pode ser consultado em:

http://www.emitentes.pt/news_aem.php?nid=766

Manuel Agria, Vice-Presidente Executivo do IPCG

“Permitam-me que transcreva um parágrafo, apenas um, que extraí do prefácio da publicação editada pelo GRACE “Olhar para o Futuro” assinado por um grande amigo meu, um orador e inspirador de enorme mérito e um reconhecido especialista em ética empresarial e liderança, o Prof. Raúl Dinis, até há pouco Presidente Emérito da AESE. Afirmava ele que “A responsabilidade social corporativa é a integração voluntária de preocupações sociais, económicas, ambientais, culturais nas operações quotidianas das organizações e na interacção com todas as partes interessadas”. Devo confessar que não consegui encontrar, nas múltiplas buscas que fiz, definição mais clara e mais feliz para caracterizar a responsabilidade social corporativa.

O objectivo estratégico mais nobre que rege a actividade empresarial é o de criar valor social.

Isto mesmo nos revelam muitos testemunhos actuais e a comprová-lo estão as conclusões de diversos *surveys* publicados recentemente.

Esta crescente assimilação da responsabilidade social corporativa pelas práticas do bom governo começa, assim, a ter tradução em múltiplos códigos e outros textos normativos sobre estas matérias, de que o *King Report on Corporate Governance* sul-africano é um bom exemplo.

O IPCG tem-se mantido, como é sua obrigação, atento a estas questões. Tal não invalida que, no Princípio Geral, que abre o texto do Código, se postule que “A adopção de práticas de bom governo...sedimenta a confiança dos investidores, dos trabalhadores e do público em geral na qualidade da administração e da fiscalização das sociedades.”, formulação que deixa margem para acolher as sugestões e conclusões dos debates que, internamente, ainda decorrem. E que serão, seguramente, enriquecidas com iniciativas como esta que aqui nos reúne hoje e para cujas conclusões estarei particularmente atento.”

Francisco Neves, Partner da BSD Consulting

Divulgação de informação não financeira

“Ao longo dos últimos anos a CSR Europe, rede que em Portugal é representada pelo GRACE, tem vindo a desenvolver projetos e ferramentas com o objetivo de perceber de que forma a informação não financeira é valorizada, bem como aferir o seu grau de maturidade e integração na estratégia e gestão das empresas.

Apoios:



Os resultados do projeto *Valuing non financial performance* (VNFP, 2012) demonstram que persiste um enorme caminho a percorrer:

- Maturidade de apenas 46%;
- Integração de 61%;
- Apenas as funções de suporte estão encarregues de medir e monitorizar a performance não financeira;
- As funções ligadas à criação de valor financeiro, regra geral, não são envolvidas;
- Integrada na visão estratégica, mas não-alinhada com as expectativas de *stakeholders*

A CSR Europe, em parceria com a GRI, o WBCSD e o IIRC, decidiu apresentar uma proposta à Comissão Europeia e ao Conselho Europeu, o qual veio a aprovar, em 29 de setembro último, a diretiva relativa à divulgação de informação não financeira, por parte de grandes empresas e grupos.

A Diretiva será obrigatória para “entidades de interesse público”, incluindo empresas com mais de 500 empregados, cotadas, bancos, seguradoras, e outras que venham a ser indicadas pelos Estados-Membros.

As cerca de 6.000 empresas abrangidas terão de divulgar informações sobre as suas políticas, riscos, desempenho ambiental e social, medidas destinadas aos seus empregados, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e promoção da diversidade no seu conselho de administração.

A Diretiva deverá estar transposta para a legislação nacional até 2016, sendo aplicável ao relato de 2017. As empresas deverão aproveitar este período para adaptar o seu report às novas exigências e/ou implementar os sistemas que lhes permitam responder da forma mais adequada às exigências legais (e morais) que esta Diretiva vem colocar.”

Paulo Câmara, Partner da Sérvulo & Associados e Prof. da Universidade Católica

Governo Societário e Responsabilidade Social

“Devemos assumir sem subterfúgios que o *Corporate governance* e a responsabilidade social das empresas são complementares entre si.

Trata-se de abordagens diferentes, já que o governo societário encara a criação de valor, por imperativo legal, sob o prisma dos acionistas – ao passo que a responsabilidade social se centra na criação de valor para os *stakeholders*. Estas visões não devem, contudo, ser consideradas como opostas ou antitéticas, já que a criação de valor acionista não pode prescindir de uma cuidadosa relação com os *stakeholders*.

Releva assinalar os pontos comuns entre estas temáticas: ambas são decisivas para continuidade das empresas; em qualquer dos casos estão envolvidas decisões estratégicas por parte do órgão de administração; e ambas implicam processos culturais de contínuo enraizamento nas organizações. Além disso, em relação a ambas a informação desempenha uma função central de escrutínio da eficácia e da coerência das práticas adotadas.

Entre nós, o GRACE encontra-se numa posição privilegiada para vir a desempenhar um papel liderante na reconstituição de boas práticas de divulgação de informação sobre responsabilidade social. Poderá

Apoios:



nomeadamente fazê-lo em parceria com as instituições que operam diretamente na área do *Corporate Governance*. O Governance Lab encontra-se totalmente disponível para colaborar nesse importante projeto.”

Ricardo Ferro, Diretor Executivo da Bureau Veritas

“O Corporate Governance (governança organizacional) foi sempre um tema central nos modelos de responsabilidade, nomeadamente quando os mesmos passaram a ter uma abordagem holística. São disto exemplos quer a norma Portuguesa de Sistemas de Gestão de Responsabilidade Social, quer a norma internacional ISO 26000.

Na ISO 26000, é referido “a governança organizacional é o factor mais crucial ao permitir que uma organização assuma responsabilidade pelo impacto das suas decisões e actividades e por integrar a responsabilidade social em toda a organização e suas relações.

A governança organizacional no contexto da responsabilidade social possui a característica especial de ser tanto um assunto fundamental sobre o qual as organizações devem agir, como uma forma de aumentar a capacidade da organização para se comportar de uma forma socialmente responsável relativamente aos outros assuntos fundamentais.

Esta característica especial deriva do facto de uma organização que procure ser socialmente responsável dever possuir um sistema de governança organizacional que possibilite que a organização providencie a fiscalização e coloque em prática os princípios de responsabilidade social,” sendo eles: Responsabilização, Transparência, Comportamento ético, Respeito pelos interesses das partes interessadas, Respeito pelo estado de direito, Respeito pelas normas internacionais de conduta, Respeito pelos direitos humanos.

Assim, o Corporate Governance é indissociável da Responsabilidade Social e deverá, no essencial e nas organizações que têm estes códigos implementados, fazer reflectir os princípios de Responsabilidade Social e as práticas daí decorrentes.”

Carlos Tavares, Presidente da CMVM

Nota retirada do discurso de encerramento

“A questão é que:

- Não há bons modelos de Corporate Governance que resistam às pessoas erradas;
- Não há boas regras que resistam às más práticas;
- Não há bons princípios de governo societário que resistam à falta de ética e de valores na condução das empresas.

E, para mim, a responsabilidade social das empresas começa aqui, dentro da própria empresa: no comportamento dos Gestores e Administradores; na forma como são tratados, considerados e reconhecidos os colaboradores; na forma como são respeitados e defendidos os interesses dos que aplicam as suas poupanças ou os seus recursos nas empresas; na forma como a empresa se relaciona com os concorrentes, clientes e fornecedores.

Apoios:

Não quero com isto desvalorizar a importância dos aspectos mais comumente incluídos no conceito de responsabilidade social das empresas: o contributo para a sustentabilidade ambiental; o apoio à investigação científica ou social; as prestações sociais complementares – em dinheiro ou em espécie – aos colaboradores; a não discriminação dos colaboradores, qualquer que seja o ponto de vista; enfim, o investimento de parte dos proveitos da empresa em projectos de retorno social.

Mas a verdade é que, por vezes – e não pretendo obviamente generalizar – sob a capa deste tipo de intervenção, que é muito apelativa e muito mediática, escondem-se comportamentos empresariais e práticas efectivas de governo societário que, por falharem os critérios básicos da ética e dos valores, são destrutivos, mais cedo ou mais tarde, do que deve ser o papel da empresa face aos que com ela se relacionam.”

O discurso na íntegra pode ser consultado em:

http://www.cmvm.pt/CMVM/A%20CMVM/Conferencias/Intervencoes/Documents/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20CT_GRACE_27.11.2014.pdf

Apoios:

